

## 2ª COMISSÃO DISCIPLINAR STJD – Basquete.

### **REF :- PROCESSO Nº 136/2.014.**

Ref - Jogo nº 296 - **NBB6** - realizado 26/04/2014.

BRB Brasília X São José dos Campos / Unimed, Brasília, DF.

Data Julgamento: audiência do dia 27/05/2014 – Partes intimadas.No ato e por email.

Publicação oficial editada no site e aplicada no mural LNB, em 28/05/2014

I- Trata-se de pleito - autos do feito nº 136/2.014 - de conversão de pena em medida de interesse social, oferecida por Bauru Basketball Clube com fundamento nos artigos 176-A, § 2º e 286, do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, devidamente protocolizada e juntada aos autos.

II- O pedido, formulado com fundamento no art. 176-A, § 2º, se encontra ainda amparado no artigo 172, § 2º, por referência ao “após trânsito em julgado” da condenação, trânsito este ocorrido em 27 de maio de 2.014, intimados os condenados no ato da audiência de instrução e julgamento na referida data, afora procedimentos rotineiros de intimação e proclamação.

III- Baseou-se ainda o requerente no que reza o artigo 286-C, que se refere à necessidade de regulamentação, pelo STJD sobre a matéria, “... dispondo sobre critérios para conversão de pena, quando assim admitido por este Código, em medida de interesse social...”.

IV- Os termos da lei, entretanto, se referem invariavelmente à decisão caso a caso, pelo entendimento do presidente do órgão judicante, quanto ao critério da conversão ou não.

V- Esta presidência entende, pelo óbvio, que o deferimento à medida como pleiteada pelo requerente configure um benefício; por assim dizer, uma atenuante à penalidade, o que não cabe *in casu*.

Em se tratando das circunstâncias em que foi condenado o atleta, moto do presente pedido pelo requerente e, principalmente, pela conduta disciplinar ao longo dos torneios da Liga Nacional de Basquete, o Senhor Alex Ribeiro Garcia — embora respeitável o que alegado quanto ao “*alto gabarito*” técnico e atlético para a prática do desporto — **não representa um verdadeiro exemplo de disciplina**, enquanto participante de competições da modalidade.

Pelo contrário, por muitas vezes denunciado pela MD Procuradoria do STJD — embasada em provas oferecidas pela Entidade Administradora do Desporto, Liga Nacional de Basquete — o atleta em questão foi condenado às mais diversas penas por indisciplina, cadastro à disposição da defesa, quantidade absolutamente incontestes.

Não cabe, desta forma, beneficiar ou atenuar pena aplicada pelo Órgão Judicante ao referido atleta, como pretendido no pleito oferecido.

VI- **Pelo exposto**, indefiro a conversão da pena nos termos pleiteados pelo requerente Bauru Basketball Clube ao que imposto pela 2ª Comissão Disciplinar do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, em julgamento datado de 27 de maio de 2014, quando ainda o atleta Senhor Alex Ribeiro Garcia pertencia à Entidade Desportiva Uniceub Brasília, **MANTIDA A CONDENACÃO DE SUSPENSÃO POR 02 (DUAS) PARTIDAS**, (suma da decisão abaixo reproduzida), cumprimento de sentença ao encargo da Gerência Técnica da Liga Nacional de Basquete.

VII- **À secretaria** para, após intimação da parte requerente (clube, diretor de esportes e advogado constituído) via email, além da intimação à MD Procuradoria do STJD, incluindo nos endereços — conforme requerido pelo órgão acusador, a pessoa do Sub Procurador Geral Dr Rafael Fioravante Alves Vanzin ( [rafaelvanzin@gmail.com](mailto:rafaelvanzin@gmail.com) ), intimação à Gerência Técnica da Liga Nacional de Basquete, na pessoa do Sr Paulo Bassul, juntar aos autos o presente documento.

**Solicitar a imediata publicação oficial, tanto do pedido (petição protocolada pelo Bauru Basketball Clube) como desta decisão, ora exalada, no site da Liga Nacional de Basquete, ícone STJD, fazendo-o na pessoa da Srta Giovana Romano Rangel.**

VIII – Concedo à parte requerente Clube Bauru o prazo de 72 (setenta e duas) horas para efetuar completa representação legal nos presentes autos do Processo nº 136/2014, sob pena de tornar deserta a pretensão protocolizada nestes autos.

IX – Por fim, dê-se imediato conhecimento aos Senhores Auditores da 2ª Comissão Disciplinar, principalmente ao Senhor Auditor Relator do feito.

São Paulo, 14 de outubro de 2014.

  
José Luiz Lana Mattos  
Auditor Presidente.

2ª Comissão Disciplinar STJD – Basquete.

#### **Julgamento 27/05/2014 – Processo nº 136, de 2014 – 2ª Com. Discip. STJD/Basquete**

**Processo nº 136/2.014**, pela denúncia oferecida contra os atletas **Alex Garcia Ribeiro e Wellington Reginaldo dos Santos**, ambos pertencentes à Entidade Desportiva Brasília BSB, por ocorrências relativas à partida realizada em Brasília, DF, no dia 26 de abril de 2014, jogo nº 296, NBB6, entre a mandante Brasília BSB e São José dos Campos/Unimed.

**Auditores participantes:** Relator auditor Dr. Carlos Henrique Martins Teixeira, Dr. César Soares Magnani, Dr. Ricardo Graiche e o auditor presidente, Dr. José Luiz Lana Mattos. Ausente o auditor vice-presidente, Dr. José Francisco Cimino Manssur, por razões pessoais justificadas antecipadamente.

**A MD Procuradoria do STJD/Basquete**, representada pelo Dr. Luciano de Aguiar Pupo Filho. Também presente ao ato o Sub Procurador Geral do STJD, Dr. Rafael Fioravante Alves Vanzin.

**As partes denunciadas representadas por advogado, prazo de 72 (setenta e duas) horas para completa representação legal.**

Dos trabalhos da secretaria da 2ª Comissão Disciplinar STJD / Basquete, esteve encarregada a Srta. Laís Vendrami Fernandes.

**Ao final do julgamento do Processo nº 136/2014, a 2ª Comissão Disciplinar decidiu, pela maioria dos votos, CONDENAR os atletas Alex Garcia Ribeiro e Wellington Reginaldo dos Santos, ambos pertencentes à Entidade Desportiva Brasília BSB, à pena de suspensão por 02 (duas) partidas, nos termos do artigo 258 do CBJD, acatando parcialmente os termos das tipificações oferecidas pela r. denúncia nos autos.**

Efetivada a declaração do voto colegiado, presentes as partes denunciadas, formalmente representadas pelo seu advogado este foi, no ato desta audiência, intimado da decisão proferida, bem como intimada a MD Procuradoria. **Ambos se manifestaram, no ato da declaração das penas pela desnecessidade de oferecimento de voto Acórdão nos autos.** Quanto à intimação formal - tanto de partes denunciadas, como da MD Procuradoria - por publicação oficial no site da Liga Nacional de Basquete, ícone STJD, além de comunicação por email diretamente endereçado aos interessados.